A DIMENSÃO NARRATIVA E A DIDÁTICA DA HISTÓRIA EM JÖRN RÜSEN*

Rogério Chaves da Silva[1]

Parafraseando Chartier[2], "Tempo de incerteza", *epistemological crisis*, *tournant critique*, este é o clima de insegurança que permeou o *habitat* dos historiadores, desde a crítica narrativista ocorrida nos anos 1960 e 1970. Nesse quadrante histórico, antigas certezas foram abaladas, a objetividade da ciência histórica, a validade geral do conhecimento, baseada na relação com a experiência do passado e na racionalidade no trato cognitivo dessa experiência, foi posta em cheque. Assumir que o conhecimento histórico, em princípio, é constituído por uma narrativa, fez-nos pisar em terreno epistemológico movediço.

Essa crise epistemológica teve como ponto nevrálgico a concepção moderna de ciência, sustentada por grande parte da comunidade dos historiadores. Estribados no conceito de ciência sedimentado no século XIX, esses especialistas acabaram relegando a escrita da história a uma posição secundária, elegendo a pesquisa como operação determinante para a constituição da história como ciência. Já na segunda metade do século XX, a crítica narrativista fez com que a relação entre pesquisa e escrita da história fosse visualizada sob outro prisma teórico. A partir da repercussão dos trabalhos de Hayden White, maior representante do chamado *Linguist Turn*, e mais recentemente, de autores como Frank Ankersmit, houve uma espécie de inversão no modo tradicional de conceber o problema da relação entre pesquisa e escrita da história: o relevo destinado à escrita em detrimento da pesquisa. Dentro dessa nova concepção, o texto histórico passou a ser considerado um artefato lingüístico, elaborado segundo princípios literários e ligado unicamente às estruturas da narrativa. Para esses autores, denominados de narrativistas, não haveria como representar o passado em sentido epistemológico, visto que a história seria sempre uma construção pessoal, uma manifestação da perspectiva do historiador como narrador, portanto, epistemologicamente frágil. Haveria, então, uma autonomia da narrativa

---

* **RESENHA**: RÜSEN, Jörn. História Viva – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007, 159p.

[1] Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus de Paraíso do Tocantins (e-mail: rcmc26@bol.com.br).

[2] CHARTIER, Roger. *A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas*. In: Revista Estudos Históricos. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 97-113.

face aos enunciados singulares nela contidos. A formulação de tais enunciados obedeceria aos resultados da pesquisa empírica, mas a força relativa deles no interior da totalidade narrativa seria minimizada pelo fato de que se aceita que, um mesmo conjunto de tais enunciados, pode ser mobilizado por perspectivas de interpretação diferentes e até mesmo conflitantes. Sendo assim, a ênfase na autonomia da narrativa resultaria numa secundarização da tarefa da pesquisa.

Nesse proscênio de crítica é que a teoria de Jörn Rüsen demonstrou sua vitalidade, pois a partir de um complexo sistema conceitual, buscou respostas para o problema da relação entre a pesquisa e a escrita da história. Em Rüsen, as proposições narrativistas não são refutadas em sua totalidade, e sim, em certa medida, incorporadas a sua elaboração teórica. Isso não significa, contudo, que a regulação metódica perca sua validade, pelo contrário, a metodização é reforçada enquanto princípio diferenciador da ciência da história de outras modalidades do pensamento histórico. A preocupação em refletir sobre as especificidades narrativas do texto historiográfico não o conduziu à perspectiva de reduzir o discurso histórico a aspectos literários, mas à possibilidade de reabilitar a idéia de narratividade conectada aos procedimentos metódicos da pesquisa.

Na teoria da história de Rüsen, as operações metodológicas continuam sendo elementos essenciais para a validação do caráter científico da história. Não obstante, discutir método não significa somente problematizar as regras formais da pesquisa histórica. O desafio situa-se, sobretudo, na compreensão da significação cultural do passado "atualizado", pois toda pesquisa histórica desenvolve-se a partir de um questionamento ao passado, legado nas fontes e que corresponde, em parte, a um interesse de ação sociocultural humana do presente, em busca de orientação temporal. O problema que se coloca, então, é o da compatibilização entre método e sentido, entre "pretensão de validade científica" e "intenção de produzir efeito". Para compreender essa mediação, é necessário assumir a importância da representação narrativa como parte constituinte do conhecimento histórico, pois a conexão entre a experiência humana do passado, extraída a partir da pesquisa, e as demandas por sentido requeridas pela vida humana do presente, somente se dá através da historiografia (produto intelectual narrativo construído por historiadores).

Essa conexão entre método e sentido é perquirida, verticalmente, por Rüsen em sua última obra da trilogia "Esboço de uma teoria história"[3], isto é, em "História Viva", na qual examina a relação entre as formas de apresentação (especificidades da narrativa histórica) e as funções de orientação

[3] Esboço de uma teoria da história (Grundzüge einer Historik), composto pelas obras: Razão Histórica (Historische Vernunft), 1983, completado depois com Reconstrução do Passado (Rekonstruktion der Vergangenheit), 1986, e com História Viva (Lebendige Geschichte), 1989.

("didática da história") do pensamento histórico. A análise desses dois princípios do conhecimento histórico justifica a estrutura capitular dúplice do texto: "Tópica – formas da historiografia" (primeiro capítulo) e "Didática – funções do saber histórico" (segundo capítulo). A pretensão nuclear é demonstrar que esses princípios, embora pareçam esquivar-se da cientificidade própria do conhecimento histórico, não são externos à racionalidade típica dessa ciência que intitulamos de história. A "historiografia" e as "funções de orientação" são partes constituintes do pensamento histórico em sua modalidade científica, pois o conhecimento histórico não apresenta somente pretensões de racionalidade (viabilizada pela pesquisa), mas também de vivacidade, para que se tornem válidas àqueles que se alimentam desse saber.

Em "Tópica – formas da historiografia", Rüsen aproxima-se dos narrativistas, pois acampa, em sua teoria, os recursos poéticos que cercam a escrita da história, mas, ao mesmo tempo, se distancia, ao discordar que a historiografia seja puro artefato estético, lingüístico, totalmente desvinculado da investigação metódica. A historiografia, apesar de calçada metodicamente, não se resume em facticidade pura, mas abriga em si caracteres poéticos e de cognição, comportando forma e sentido, que estão subsumidos nas definições de planos estético e retórico da historiografia. Para Rüsen, a dimensão estética da formatação historiográfica consiste na "coerência de beleza", enquanto a dimensão retórica pode ser denominada de "coerência de eficácia". Jörn Rüsen salienta ainda que o caráter histórico da narrativa historiográfica refere-se à forma como o passado é interpretado, e como essa interpretação passa a ter uma função no universo cultural contemporâneo. Isso porque, ao "presentificar" o passado, a narrativa historiográfica liga sua constituição de sentido à experiência do tempo, de maneira que o estudo desse passado, convertido em texto, tenha significação para o quadro de orientação da vida prática, produzindo, assim, sentido histórico. Essa imensidão de formas possíveis de tornar presente o passado pode ser caracterizada através do conceito de "constituição histórica de sentido". É neste construto categorial que se manifesta outra grande contribuição teórica de Rüsen: a edificação de uma tipologia da constituição histórica de sentido por narrativas históricas: as constituições históricas de sentido tradicionais, exemplares, críticas e genéticas[4].

Em "Didática – funções do saber histórico", Rüsen se aproxima da tradição da *Historik* de Droysen, recuperando a relação da práxis historio-

[4] As constituições históricas de sentido segundo a tipologia de Rüsen: a *tradicional* (a totalidade temporal é apresentada como continuidade dos modelos de vida e da cultura do passado); a *exemplar* (as experiências do passado são casos que representam e personificam regras gerais da mudança temporal e da conduta humana); a *crítica* (permite formular pontos de vista históricos, por negação de outras posições); e a *genética* (diferentes pontos de vista podem ser aceitos porque se articulam em uma perspectiva mais ampla de mudança temporal, e a vida social é vista em toda sua complexidade).

gráfica com a racionalidade do público destinatário, ou seja, analisa a relevância das narrativas historiográfica à vida, admitindo que a dimensão orientadora de toda narrativa histórica está marcada pela intenção básica do narrador e de seu público de não se perderem nas mudanças de si mesmos e de seu mundo, mas de se manterem seguros e firmes no fluxo do tempo. Na ciência da história, as funções de orientação abrem possibilidades de construção e consolidação histórica de identidade, uma vez que orientam intelectualmente o agir a partir da recepção das narrativas históricas. Em suma, em Rüsen, o uso prático do saber histórico é efetivamente resgatado enquanto reflexão da teoria da história.

Em face do exposto, "História Viva" apresenta-se como um texto agudo quanto à elucidação da tenaz linha que une ciência especializada e vida prática. E assumir essa ligação não significa atenuar os índices de cientificidade do pensamento histórico, significa convencer-se que a subjetividade não precisa ser reprimida, e sim ordenada e admitida de forma adequada e compatível com a cientificidade do conhecimento histórico. Contrariamente ao que o objetivismo estreito legou à ciência da história, Rüsen demonstra que a regulação metódica não inviabiliza o trabalho de produção de sentido a que também está revestido o conhecimento histórico.

Resenha recebida em abril de 2009 e aceita pra publicação em outubro de 2009.